

REDE DE ENSINO DOCTUM – CAMPUS GUARAPARI/ES

MARIA JÚLIA DE SOUZA FERREIRA

**O FIM DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL:IMPACTOS
SOCIAIS, ECONÔMICOS E EDUCACIONAIS**

**GUARAPARI/ES
2024**

MARIA JÚLIA DE SOUZA FERREIRA

**O FIM DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL:IMPACTOS
SOCIAIS, ECONÔMICOS E EDUCACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado à Rede de
Ensino Doctum – Campus
Guarapari/ES, como requisito
parcial para a obtenção do título
de graduado em Direito.

Orientador: Leonardo Vaine
Pereira Fontes.

**GUARAPARI/ES
2024**

MARIA JÚLIA DE SOUZA FERREIRA

**O FIM DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL: IMPACTOS SOCIAIS,
ECONÔMICOS E EDUCACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado à Rede de
Ensino Doctum – Campus
Guarapari/ES, como requisito
parcial para a obtenção do título
de graduado em Direito.

Orientador: Leonardo Vaine
Pereira Fontes.

BANCA EXAMINADORA:

Prof(a). Rubens dos Santos Filho

Prof(a). Lincoln Bruno Cavalcanti Silva

Guarapari/ES, 05 de dezembro de 2024.

RESUMO

As políticas de ação afirmativa, implementadas a partir do início dos anos 2000, têm demonstrado efeitos positivos na promoção da inclusão social e na correção de desigualdades históricas. Contribuindo para a diversidade cultural e étnica no ambiente acadêmico, a presença aumentada de estudantes negros, pardos, indígenas e de outros grupos historicamente marginalizados tem enriquecido a experiência educativa, promovendo um aprendizado mais completo e preparado para a pluralidade da sociedade brasileira. Todavia, existem críticas significativas às cotas raciais. Alguns argumentam que essas políticas podem perpetuar divisões raciais e comprometer o princípio da meritocracia, sugerindo que enfatizar a raça como critério de seleção pode reforçar diferenças raciais, gerar ressentimentos entre grupos não beneficiados e minar o incentivo ao esforço individual. Também há preocupações de que as cotas possam resultar na admissão de estudantes menos preparados, potencialmente afetando a qualidade do ensino superior. Portanto, é imperativo que qualquer decisão sobre a continuidade ou extinção das cotas raciais seja cuidadosamente ponderada, levando em consideração todos os aspectos sociais, econômicos e educacionais envolvidos. A análise deve ser guiada por uma compreensão clara dos princípios constitucionais de igualdade e justiça social, bem como das realidades históricas e contemporâneas que moldam a sociedade brasileira. Somente assim será possível avaliar com precisão os benefícios e os desafios das políticas de ação afirmativa. Em conclusão, o debate sobre as cotas raciais no Brasil exige uma abordagem equilibrada e fundamentada, que reconheça tanto os avanços obtidos quanto as críticas e desafios apresentados. A decisão final deve ser orientada por um compromisso com a promoção da igualdade de oportunidades e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, sempre baseada em evidências sólidas e em um diálogo amplo e participativo.

PALAVRAS-CHAVE: Igualdade; Cotas Raciais; Ações Afirmativas.

ABSTRACT

Affirmative action policies, implemented since the early 2000s, have shown positive effects in promoting social inclusion and correcting historical inequalities. Contributing to cultural and ethnic diversity in the academic environment, the increased presence of Black, mixed-race, Indigenous, and other historically marginalized students has enriched the educational experience, fostering a more comprehensive learning environment prepared for the plurality of Brazilian society. However, there are significant criticisms of racial quotas. Some argue that these policies can perpetuate racial divisions and compromise the principle of meritocracy, suggesting that emphasizing race as a selection criterion can reinforce racial differences, generate resentment among non-benefited groups, and undermine the incentive for individual effort. There are also concerns that quotas may result in the admission of less-prepared students, potentially affecting the quality of higher education. Therefore, it is imperative that any decision regarding the continuity or discontinuation of racial quotas be carefully considered, taking into account all the social, economic, and educational aspects involved. The analysis must be guided by a clear understanding of the constitutional principles of equality and social justice, as well as the historical and contemporary realities that shape Brazilian society. Only then will it be possible to accurately assess the benefits and challenges of affirmative action policies. In conclusion, the debate over racial quotas in Brazil requires a balanced and well-founded approach that recognizes both the achievements and the criticisms and challenges presented. The final decision must be guided by a commitment to promoting equal opportunities and building a more just and inclusive society, always based on solid evidence and broad, participatory dialogue.

Key-words: *Equality ; Racial quotas; Affirmative action.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE, AÇÕES AFIRMATIVAS E O ESPECTRO SOCIAL	10
3. IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E EDUCACIONAIS.....	16
4. DIVERSIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE INCLUSÃO.....	20
5. INCENTIVO A REFORMAS ESTRUTURAIS.....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar que a implementação das cotas raciais nas instituições de ensino superior no Brasil, tem origem em meados do início dos anos 2000 e, se trata de tema de extrema relevância, no espectro das políticas públicas, dada sua significatividade, bem como debatidas no cenário educacional de todo o país. Tais medidas, se encontram inseridas no contexto das chamadas “políticas de ação afirmativa”, que por sua vez, de acordo com Turgeon (2014), visam corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos raciais e étnicos historicamente marginalizados .

Por conseguinte, é cediço dizer que o debate sobre cotas raciais ganhou força no Brasil a partir da virada do século XXI, motivado pelo reconhecimento perpetrado pelas universidades públicas brasileiras de supostas profundas desigualdades raciais que persistiriam desde o período escravocrata. Em virtude disso, no ano de 2003, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade de Brasília (UnB) foram pioneiras ao implementarem sistemas de cotas raciais.

Assim, com o passar dos anos todo o movimento ganhou força no cenário nacional, de modo que se expandiu e, em 2012, foi alvo de decisão no Supremo Tribunal Federal e posteriormente a decisão proferida no sentido de acolher a constitucionalidade das cotas nas universidades foi consolidado pela Lei nº 12.711, também conhecida como Lei de Cotas. A citada norma determinou que todas as universidades federais e instituições de ensino técnico devem deter políticas de cotas, reservando 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com recortes adicionais para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Em observância ao panorama geral, as políticas de ação afirmativa, incluindo as cotas raciais, segundo Meira (2011) têm como objetivo principal promover a equidade racial e social, ampliando o acesso de grupos historicamente excluídos ao ensino superior e, conseqüentemente, às melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Outrossim, Seidl (2007) irá estabelecer em seus ensinamentos que além da buscar por justiça social, as cotas raciais também visam enriquecer o ambiente acadêmico com uma diversidade cultural e étnica mais representativa da sociedade brasileira, esclarecendo que os estudos indicam que a presença de uma diversidade maior no ambiente universitário não apenas beneficia os alunos cotistas, mas

também tem o condão de contribuir para a formação de um corpo discente mais preparado para a convivência em uma sociedade plural.

Todavia, em um cenário contemporâneo de intensos debates políticos, a revisão e possível extinção das cotas raciais têm suscitado questionamentos sobre o compromisso do Brasil com a promoção da igualdade de oportunidades. A polarização em torno desse tema reflete dilemas mais amplos: como enfrentar desigualdades estruturais sem medidas específicas? E quais seriam as alternativas viáveis caso as cotas sejam extintas? Esses questionamentos se tornam ainda mais relevantes diante da ausência de políticas públicas amplas e eficazes que possam substituir as cotas e garantir os avanços obtidos em termos de inclusão.

A escolha do tema "O Fim das Cotas Raciais no Brasil: Impactos Sociais, Econômicos e Educacionais" se insere nesse contexto crítico. No momento em que se discute a revisão dessas políticas, é imprescindível avaliar as consequências sociais, econômicas e educacionais de sua possível extinção, considerando que o fim das cotas raciais pode representar um retrocesso em termos de inclusão social e mobilidade econômica, revertendo avanços conquistados ao longo de duas décadas.

Isto posto, o presente trabalho pretende analisar, de forma abrangente e crítica, os efeitos que a extinção das cotas raciais podem provocar na sociedade brasileira. Ao investigar as implicações para a inclusão social, a mobilidade econômica e a qualidade da educação, busca-se oferecer uma compreensão detalhada dos possíveis retrocessos e avanços que tal mudança pode acarretar.

Assim, ao analisar as possíveis consequências da extinção das cotas raciais, espera-se oferecer um panorama detalhado que não apenas esclareça os riscos associados à sua eliminação, mas também reforce a importância de políticas que promovam uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva. Debate essencial para compreender as escolhas que o Brasil enfrenta e os desafios de construir um futuro em que todos tenham as mesmas oportunidades de acesso e desenvolvimento.

2. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE, AÇÕES AFIRMATIVAS E O ESPECTRO SOCIAL

De antemão, para compreendermos o fenômeno das cotas raciais no cenário brasileiro, é necessário nos atermos ao princípio regente de todo o espectro. Assim, é mister consignar que o princípio da igualdade se trata de um dos pilares mandamentais do ordenamento jurídico brasileiro, consagrado no artigo 5º da Carta Magna de 1988, que em seu inteiro teor estabelece que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza".

Partindo da premissa acima exposta, é seguro dizer que o princípio estabelecido busca garantir que todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, sexo, idade, ou condição social, tenham os mesmos direitos e oportunidades, se tratando de ordem fundamental e basilar em nosso Estado Democrático de Direito, pois tem como objetivo assegurar que inexistirá juízo de excessão.

Nesta toada, urge salientar que todo o debate sobre o fim das cotas raciais será conduzido com uma compreensão clara dos princípios constitucionais de igualdade, bem como, em observância as realidades sociais que essas políticas visaram transformar.

Ademais, Celso Antônio Bandeira de Mello (1978) nos ensina que o princípio da igualdade é uma norma que se dirige tanto ao aplicador da lei quanto ao legislador, ou seja, não só a aplicação das normas deve ser equitativa, mas a própria criação das leis deve observar a isonomia. A lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguições, mas um instrumento que regula a vida social, tratando equitativamente todos os cidadãos.

Na mesma linha, conforme Paulo Sérgio Rosso (2007) reza o princípio da igualdade, jamais poderia ser interpretado de maneira genérica, devendo ser analisado com maior precisão para evitar injustiças, na verdade, nesta linha se observa a lógica Aristotélica, que por sua vez afirmava que a igualdade é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, princípio basilar que ainda hoje norteia a aplicação do direito.

Entretanto, por óbvio, cumpre ressaltar que a problemática que paira sob a celeuma se oriunda do desafio hérculeo em estabelecer quem são os iguais e quem são os desiguais, pois somente o estabelecimento de critérios legítimos serão firmadas discriminações justas, que por sua vez não irão violar a isonomia,

vez que pautadas na tentativa de equalizar a sociedade.

Diametralmente, as ações afirmativas surgem como mecanismos fundamentais para corrigir desigualdades históricas e sociais. No Brasil, as políticas de cotas raciais foram implementadas com o objetivo de promover a inclusão de pessoas favorecidas por essas políticas em instituições de ensino superior e no mercado de trabalho.

Neste diapasão, conquanto as ações afirmativas, estas se tratam de políticas públicas que almejam enfrentar discriminações passadas e presentes, parapromover a inclusão de grupos “sub-representados” em diversas esferas sociais, econômicas e educacionais, portanto se encontram dentro do conceito macro de ações afirmativas, diversas políticas públicas como: cotas raciais; programas de incentivo à contratação de minorias; e iniciativas educacionais voltadas para a capacitação de grupos vulneráveis.

Nesse contexto, é indubitável que no Brasil, dada a desigualdade generalizada as ações afirmativas têm um papel crucial na tentativa de promoção de igualdade.

No entanto, no cenário atual, a existência das cotas raciais no Brasil tem gerado debates intensos sobre seus impactos sociais, econômicos e educacionais, uma vez que, de um lado, se argumenta que as cotas são essenciais para corrigir desigualdades históricas e promover a justiça social. Mas, na contramão há críticas de que as cotas podem perpetuar divisões raciais e que a meritocracia deveria ser o único critério de acesso à educação superior.

Em primeira análise, pelos defensores das cotas raciais a correção de desigualdades históricas se trata de um dos principais argumentos em favor da manutenção da política pública em espeque, haja vista todo o contexto brasileiro que advém de um legado que contou com mais de três séculos de escravidão, período durante o qual a população negra fora brutalmente explorada e sistematicamente excluída de qualquer possibilidade de ascensão social. Situação que só teve fim após a abolição da escravidão em 1888, com o advento da lei aurea os escravos foram libertos, porém a ausência de políticas de integração deixou os ex-escravos e seus descendentes em uma situação de extrema vulnerabilidade, perpetuando a desigualdade.

A responsabilidade das gerações atuais em corrigir as injustiças do

passado é um princípio fundamentado na ideia de justiça social e reparação histórica. Desigualdades estruturais criadas pela escravidão e perpetuadas ao longo do tempo não desaparecem sem intervenções deliberadas.

Por sua vez, as cotas raciais se encontram posicionadas como uma dessas intervenções, concebidas para oferecer às populações historicamente desfavorecidas as oportunidades que lhes foram negadas por gerações.

A justificativa para essa responsabilidade intergeracional é que a sociedade atual continua a se beneficiar das estruturas econômicas e sociais que foram construídas sobre a exploração e exclusão de populações negras. Portanto, é moralmente imperativo que medidas sejam tomadas para corrigir essas desigualdades. As cotas raciais não são apenas uma forma de compensação, mas também uma ferramenta para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Em segundo, é necessário compreendermos que a promoção da diversidade é outro argumento central em favor das cotas raciais. Estudos mostram que a implementação de cotas raciais tem levado a um aumento significativo da presença de negros nas universidades brasileiras (Oliveira, 2015). Esta maior inclusão contribui não apenas para a equidade educacional, mas também para a diversidade cultural e intelectual dentro das instituições de ensino.

Desde a implementação das cotas raciais, várias pesquisas têm demonstrado um aumento substancial no número de estudantes negros matriculados em universidades públicas. Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelou que, entre 2012 e 2017, a proporção de negros nas universidades federais passou de 13% para 39%. Esse aumento reflete o impacto positivo das políticas de cotas em promover a inclusão educacional de grupos historicamente excluídos.

A diversidade resultante dessa inclusão tem benefícios amplos. Em ambientes acadêmicos diversos, os estudantes são expostos a uma gama mais ampla de perspectivas e experiências, o que enriquece o aprendizado e promove a compreensão intercultural. Além disso, a presença de estudantes negros em universidades de prestígio pode desafiar e modificar estereótipos raciais, contribuindo para a redução do racismo e da discriminação na sociedade em geral.

Contudo, a política das cotas raciais também é interpretada com alguns pontos negativos já que inadvertidamente, estas são capazes de perpetuar divisões raciais. Críticos argumentam que ao enfatizar a raça com um critério de seleção, as

cotas reforçam a ideia de diferenças raciais inerentes, ao invés de promover a igualdade e a integração (Rocha, 2012). Essa ênfase na raça pode alimentar ressentimentos e tensões entre diferentes grupos raciais, especialmente entre aqueles que não se beneficiam diretamente das cotas.

A lógica por trás dessa crítica é que, ao estabelecer cotas baseadas na raça, o Estado está, de certa forma, institucionalizando a diferença racial. Isso pode levar a uma segmentação da sociedade, onde indivíduos se identificam primordialmente através de sua raça, criando uma mentalidade de "nós contra eles". Essa segmentação pode ser contraproducente para a construção de uma sociedade verdadeiramente integrada, onde as pessoas são valorizadas por suas habilidades e contribuições individuais, independentemente de sua origem racial.

Além disso, há o risco de que as cotas raciais sejam vistas como uma forma de favoritismo racial, gerando ressentimento entre aqueles que não são beneficiados por elas. Isso pode resultar em um aumento do preconceito e da discriminação, ao invés de sua redução. Para esses críticos, a verdadeira igualdade só será alcançada quando todos forem tratados igualmente, sem distinção de raça.

Outra crítica frequentemente levantada contra as cotas raciais é a alegação de que elas contrariam o princípio da meritocracia. A meritocracia, em sua essência, pressupõe que o sucesso individual deve ser alcançado com base no mérito – habilidades, esforços e realizações pessoais – independentemente de características como raça, gênero ou classe social. Sob essa ótica, as cotas raciais são vistas como uma forma de beneficiar determinados grupos em detrimento de outros, priorizando fatores como a cor da pele ao invés de resultados acadêmicos ou profissionais.

No entanto, o contexto brasileiro, marcado por desigualdades estruturais históricas, desafia a aplicação plena do ideal meritocrático. A premissa da meritocracia assume que todos os indivíduos partem de condições iguais e possuem as mesmas oportunidades para competir, o que está longe de ser a realidade no Brasil.

Sobretudo tendo em vista que o sistema educacional do país, profundamente desigual, reflete as disparidades econômicas e raciais. Enquanto uma parcela da população, majoritariamente branca e de classes mais altas, tem acesso a escolas de alta qualidade, infraestrutura adequada e recursos suplementares, grande parte dos estudantes negros, pardos e indígenas enfrenta

um cenário de precariedade educacional, escolas mal equipadas e falta de acesso a oportunidades extracurriculares.

Essa desigualdade estrutural torna o mérito um conceito relativo e, muitas vezes, injusto. Defensores das cotas argumentam que é incoerente exigir o mesmo desempenho acadêmico de indivíduos que enfrentam condições tão díspares. Para esses defensores, as cotas raciais não minam a meritocracia, mas buscam corrigir os desequilíbrios iniciais, criando um ponto de partida mais equitativo para todos. Nesse sentido, as políticas afirmativas são vistas como um mecanismo de justiça compensatória, que reconhece e tenta reparar as barreiras históricas enfrentadas por grupos marginalizados.

Além disso, a crítica de que as cotas raciais podem desmotivar o esforço individual ignora os desafios enfrentados por estudantes cotistas ao ingressarem em instituições de prestígio. Muitos desses estudantes continuam a superar obstáculos significativos mesmo após a admissão, provando sua capacidade de adaptação, aprendizado e sucesso em um ambiente muitas vezes hostil. Dados e estudos indicam que, ao contrário do argumento de que cotistas teriam desempenho inferior, eles frequentemente alcançam resultados comparáveis aos de seus colegas não cotistas, evidenciando que o problema não reside na capacidade, mas no acesso às oportunidades.

O argumento de que as cotas poderiam ser substituídas por melhorias na educação básica também exige análise crítica. Embora seja inquestionável a necessidade de investir na educação pública, mudanças estruturais nesse nível demandam décadas para produzir resultados significativos. As cotas, por sua vez, oferecem uma resposta mais imediata e eficaz para mitigar desigualdades de acesso ao ensino superior enquanto medidas de longo prazo são implementadas. Dessa forma, as políticas afirmativas não devem ser vistas como substitutas, mas como complementares às reformas educacionais.

Portanto, a revisão ou extinção das cotas raciais deve ser conduzida com extrema cautela, considerando as complexas interseções entre raça, classe e educação no Brasil. A narrativa de que as cotas comprometem a meritocracia ignora as desigualdades estruturais que tornam o sistema atual fundamentalmente injusto para muitos. Suspender essas políticas sem oferecer alternativas concretas e eficazes corre o risco de perpetuar ou até aprofundar as disparidades raciais e sociais existentes, comprometendo o avanço rumo a uma sociedade mais

equitativa e justa.

3. IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Como estudado ao longo do presente trabalho, o Brasil carrega um histórico de desigualdade social que, em grande parte, resulta das estruturas socioeconômicas enraizadas no período colonial e no modelo escravagista, cujos resquícios ainda são perceptíveis nas relações sociais contemporâneas (Souza, 2017). Por conseguinte, a existência das cotas sociais nas universidades públicas atua como medida para tentar equilibrar o acesso à educação superior entre estudantes de diferentes classes sociais, especialmente os mais pobres e vulneráveis.

Neste sentir, o fim das cotas sociais poderia agravar as disparidades sociais e a exclusão de certos grupos da sociedade. Segundo Pochmann (2011), a ascensão social dos estudantes de baixa renda por meio do acesso à educação superior tem efeitos multiplicadores, pois não apenas beneficia o indivíduo, mas também sua família e sua comunidade.

Com efeito, caso as cotas sejam extintas, o acesso à universidade poderia voltar a ser um privilégio predominantemente reservado às elites, perpetuando a lógica de exclusão e reproduzindo as desigualdades sociais.

Além disso, os impactos sociais do fim das cotas poderiam se manifestar no aumento da marginalização de grupos já vulneráveis, reforçando ciclos de pobreza. A pesquisa de Carvalho (2014) sobre mobilidade social demonstra que o acesso ao ensino superior é uma das principais formas de ascender na hierarquia social no Brasil.

Portanto, a extinção das cotas sociais poderia prejudicar essa mobilidade, especialmente para jovens das periferias urbanas e zonas rurais, que frequentemente dependem dessa política para acessar a universidade.

Outro aspecto relevante é o efeito psicológico e simbólico que o fim das cotas sociais teria sobre os jovens de baixa renda. O estudo de Lima (2015) revelou que as cotas servem não apenas como um mecanismo de inclusão, mas também como um símbolo de reconhecimento de direitos e de valorização de trajetórias de vida difíceis, já que sem essa ferramenta, muitos jovens poderiam sentir-se desmotivados a buscar o ensino superior, acreditando que suas chances de sucesso são limitadas desde o início.

As cotas sociais não apenas influenciam o campo educacional, mas também

têm impactos econômicos substanciais, tanto para os indivíduos quanto para a sociedade. O argumento econômico central a favor das cotas sociais é que, ao possibilitar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior, essas políticas ajudam a promover uma maior igualdade de oportunidades e contribuem para a formação de uma força de trabalho mais diversificada e qualificada (Schwartzman, 2005).

Por conseguinte, a extinção das cotas sociais poderia gerar uma série de impactos negativos no crescimento econômico de longo prazo. A pesquisa de Hanushek e Woessmann (2015) sobre a relação entre educação e crescimento econômico mostrou que a melhoria no nível educacional de uma população está diretamente relacionada ao aumento da produtividade e ao crescimento econômico de uma nação. Se as cotas sociais forem eliminadas, a restrição de acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda pode resultar em uma menor qualificação da força de trabalho, o que, a longo prazo, pode impactar negativamente a competitividade do país.

Outro impacto econômico potencial é o aumento da concentração de renda e da desigualdade econômica. O Brasil já apresenta níveis elevados de desigualdade, e a eliminação das cotas sociais pode agravar essa situação, concentrando ainda mais os recursos educacionais e econômicos nas mãos das elites. Segundo Piketty (2014), a educação é uma das principais formas de redistribuir riqueza em sociedades desiguais. Assim, ao restringir o acesso ao ensino superior, o fim das cotas sociais pode contribuir para a perpetuação de um modelo econômico excludente.

Além disso, a eliminação das cotas sociais pode impactar negativamente a economia informal, pois o estudo de Neri (2010) mostrou que as cotas sociais têm o potencial de reduzir a informalidade no mercado de trabalho ao promover a inserção de estudantes de baixa renda em carreiras formais e de maior remuneração.

Desta feita, sem as cotas, muitos jovens de baixa renda podem ser forçados a entrar no mercado informal, perpetuando ciclos de pobreza e limitando as perspectivas de desenvolvimento econômico.

Conquanto ao campo educacional, o fim das cotas sociais poderiam ter efeitos profundos e de longo alcance, mormente considerando que inicialmente as cotas foram introduzidas para democratizar o acesso ao ensino superior,

promovendo maior diversidade no ambiente universitário e aumentando as chances de estudantes de baixa renda ingressarem em cursos de prestígio, como medicina, direito e engenharia (Almeida, 2019).

Ainda quanto aos impactos imediatos da extinção das cotas sociais, se destaca a redução da diversidade socioeconômica nas universidades públicas. Fato que não apenas limitaria o acesso de estudantes de baixa renda, mas também empobreceria o ambiente acadêmico, que se beneficia da diversidade de experiências e perspectivas, uma vez que de acordo com Dávila e Moraes (2016), a presença de estudantes de diferentes classes sociais no ambiente universitário enriquece o processo de aprendizado, pois estimula debates mais amplos e inclusivos.

Outro impacto educacional importante seria o aumento da evasão escolar. Estudantes de baixa renda, que já enfrentam dificuldades econômicas para se manterem na universidade, podem sentir-se ainda mais desmotivados se as cotas forem extintas.

A pesquisa de Ribeiro (2017) revela que muitos estudantes cotistas se mantêm na universidade graças ao suporte institucional que recebem por meio de bolsas e outras formas de apoio. Sem as cotas, é provável que o número de estudantes de baixa renda que abandonam o ensino superior aumente, perpetuando ciclos de exclusão educacional.

Diante da discussão sobre o fim das cotas sociais, algumas alternativas têm sido discutidas no meio acadêmico e político para mitigar os impactos negativos dessa medida.

Uma das propostas mais comuns é o fortalecimento da educação básica pública, com o objetivo de nivelar as oportunidades desde os primeiros anos de escolarização. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas ambiciosas para a melhoria da educação básica, mas a sua implementação tem sido lenta e desigual (Cury, 2016).

Outra proposta alternativa é o aumento de políticas de permanência estudantil, como bolsas de estudo e auxílios financeiros para estudantes de baixa renda. Segundo Silva (2018), essas políticas são essenciais para garantir que os estudantes que conseguem ingressar na universidade possam concluir seus cursos, minimizando a evasão escolar. O desafio, no entanto, é garantir que essas políticas sejam mantidas de forma eficiente e que alcancem os estudantes mais

necessitados.

Por fim, há propostas que visam uma combinação de critérios de inclusão, levando em conta não apenas a renda, mas também fatores como localização geográfica e histórico educacional. Essa abordagem poderia garantir que estudantes de diferentes origens tenham acesso ao ensino superior, mesmo na ausência de cotas sociais estritas (Nunes, 2020).

O fim das cotas sociais no Brasil teria profundos impactos sociais, econômicos e educacionais, e o debate em torno dessa questão é essencial para entender as consequências de uma possível mudança na política pública. Embora algumas propostas alternativas possam mitigar os efeitos negativos, a extinção das cotas sociais arrisca agravar as desigualdades já existentes, limitando o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda e perpetuando ciclos de exclusão social e econômica.

O futuro das políticas de ação afirmativa no Brasil deve ser pensado com cuidado, levando em consideração os desafios históricos do país em relação à desigualdade social e à exclusão educacional. Embora as cotas sociais não sejam uma solução definitiva, elas são um passo importante na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

4. DIVERSIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Conforme demonstrado alhures, nos últimos anos, a política de cotas raciais no Brasil tem sido um dos temas recorrentemente debatidos quando se trata de inclusão social e justiça distributiva. Instituída pela Lei 12.711 de 2012, conhecida como a Lei de Cotas, essa política foi uma resposta às desigualdades raciais e sociais profundamente enraizadas no país, com o objetivo de facilitar o acesso de negros, pardos e indígenas ao ensino superior público. No entanto, essa abordagem tem sido criticada por não levar em conta outras formas de exclusão, como a pobreza ou as disparidades regionais.

Em contrapartida, o conceito de diversificação dos critérios de inclusão surge como uma alternativa ou complemento às cotas raciais. Defensores dessa perspectiva argumentam que uma política baseada em critérios socioeconômicos, regionais ou até mesmo um sistema mais holístico poderia promover uma inclusão mais ampla e justa, sem se concentrar apenas na raça.

Neste contexto, será analisado o potencial o possível impacto de tais mudanças na estrutura educacional e social do Brasil, levando em conta a eficácia das cotas raciais, os desafios na implementação de políticas de inclusão baseadas em diferentes critérios, e os possíveis efeitos de se abandonar as cotas raciais como principal forma de ação afirmativa.

Com efeito, as cotas raciais no Brasil foram implementadas em um contexto de tentativa de reparar os danos históricos causados pela escravidão, que marginalizou gerações de afrodescendentes no país. Para o sociólogo Jessé Souza (2017), o Brasil é marcado por uma "elite do atraso", que ao longo dos séculos excluiu a população negra de processos de ascensão social e econômica, criando uma sociedade profundamente desigual. A política de cotas emergiu como uma ferramenta para corrigir parte dessa desigualdade, ao garantir que grupos historicamente marginalizados tivessem acesso à educação de qualidade.

Desde a implementação da Lei de Cotas, os resultados foram notáveis em termos de aumento da representatividade de negros e pardos nas universidades públicas. Em 2001, apenas 2,2% dos estudantes universitários nas instituições públicas federais eram negros; em 2019, esse número subiu para mais de 10% (BRASIL, 2020). Essa política também é vista como um marco na luta contra o

racismo estrutural, evidenciado por autores como Florestan Fernandes (2007), que há décadas já havia identificado que a exclusão racial no Brasil é uma consequência direta do modelo escravocrata que persiste nas instituições sociais.

No entanto, críticos argumentam que o critério racial não abarca a totalidade dos desafios que o país enfrenta. Para eles, as desigualdades no Brasil são multifacetadas, envolvendo aspectos econômicos e geográficos que não podem ser ignorados. Isso leva à proposta de diversificação dos critérios de inclusão, discutida em maior profundidade abaixo.

Um dos principais argumentos a favor da diversificação dos critérios de inclusão é a utilização de cotas baseadas em critérios socioeconômicos, que poderiam abranger de maneira mais ampla as desigualdades de classe, presentes tanto entre negros quanto entre brancos. Segundo estudos de Marcelo Paixão (2016), professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as questões raciais e econômicas estão profundamente entrelaçadas no Brasil, onde grande parte da população negra é também pobre. No entanto, Paixão destaca que as políticas de cotas raciais respondem a uma questão específica de racismo estrutural, que não é necessariamente resolvida pela simples redistribuição de renda.

Autores como Ricardo Henriques (2001), um dos principais defensores das cotas raciais no Brasil, argumentam que as cotas socioeconômicas têm um papel importante, mas são insuficientes para lidar com a questão racial. Ele ressalta que a pobreza atinge negros de forma desproporcional, mas nem todos os negros são pobres, e nem todos os pobres são negros. Assim, uma política que aborda apenas a pobreza pode deixar de lado as dinâmicas de discriminação racial que persistem independentemente da condição econômica.

A ideia de cotas socioeconômicas visa a incluir estudantes de baixa renda, independentemente de sua raça. Esse critério já foi parcialmente adotado por várias instituições de ensino superior no Brasil, como na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que utiliza um sistema híbrido de cotas raciais e socioeconômicas. No entanto, essa proposta esbarra em desafios práticos. Um dos problemas mais comuns apontados é a dificuldade em verificar a renda familiar dos candidatos, o que pode abrir espaço para fraudes, algo que é mais raro no caso das cotas raciais, já que a identificação racial é mais facilmente verificável (Vargas, 2020).

Outro ponto de preocupação é o fato de que muitos estudantes negros de classe média ainda enfrentam barreiras relacionadas ao racismo e à exclusão social, mesmo que não sejam considerados "pobres". O estudo de Evans et al. (2010) nos Estados Unidos, onde um sistema de cotas raciais similar foi implementado em algumas universidades, sugere que as barreiras raciais são muito mais profundas do que as questões econômicas, o que indica que a exclusão racial não pode ser simplesmente resolvida com cotas baseadas apenas na renda.

Além das cotas socioeconômicas, outra proposta dentro da diversificação dos critérios de inclusão é a implementação de cotas regionais. No Brasil, as desigualdades regionais são marcantes, com estados do Norte e Nordeste enfrentando maiores dificuldades em termos de acesso à educação de qualidade, comparados às regiões Sul e Sudeste. Segundo dados do IBGE (2021), os índices de desenvolvimento educacional no Nordeste são significativamente inferiores aos do Sudeste, o que se reflete nas taxas de aprovação no vestibular das universidades públicas.

A adoção de cotas regionais tem sido sugerida como uma maneira de compensar essas desigualdades, garantindo que estudantes de regiões mais pobres ou com menor acesso a recursos educacionais tenham uma chance maior de ingressar no ensino superior. De acordo com Milton Santos (2008), as desigualdades regionais no Brasil são tão profundas que qualquer política de inclusão que ignore essas diferenças estará fadada ao fracasso.

No entanto, há uma sobreposição entre desigualdade regional e racial, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde há uma maior concentração de negros e pardos. Isso sugere que uma política de cotas regionais poderia beneficiar a população negra dessas áreas, ainda que não esteja explicitamente focada em questões raciais. Por outro lado, em regiões mais ricas, como o Sul e Sudeste, a população negra continua a enfrentar exclusão e discriminação, mesmo que os índices de desenvolvimento educacional sejam mais altos. Assim, a política de cotas regionais pode ser eficaz em certos contextos, mas também pode deixar de lado as dinâmicas específicas de racismo em regiões onde a maioria da população negra é minoria demográfica.

Um estudo comparativo feito por Reimers e McGinn (1997) sobre a implementação de cotas regionais na América Latina demonstra que, quando bem executadas, essas políticas podem reduzir as disparidades entre diferentes áreas

geográficas, mas não necessariamente abordam questões de discriminação racial. Na Bolívia, por exemplo, a implementação de cotas regionais para indígenas de áreas rurais melhorou o acesso ao ensino superior para essa população, mas questões raciais persistiram em áreas urbanas onde os indígenas continuam a enfrentar preconceito.

Um dos principais desafios em propor a diversificação dos critérios de inclusão é garantir que as políticas continuem a abordar diretamente as desigualdades raciais. A desigualdade racial no Brasil não se resume à pobreza; envolve também o racismo institucional, que permeia diversas esferas da sociedade. Segundo Silvio Almeida (2019), o racismo no Brasil é estrutural, ou seja, faz parte do funcionamento das instituições e das relações sociais. Portanto, uma política que busque apenas resolver a pobreza pode não ser capaz de lidar com as formas de exclusão racial que continuam a afetar a população negra.

Almeida argumenta que o racismo não pode ser reduzido a um problema econômico, pois ele opera de maneira a excluir os negros de espaços de poder e prestígio, independentemente da sua condição social. Por exemplo, estudantes negros de classe média muitas vezes enfrentam discriminação em ambientes universitários ou no mercado de trabalho, mesmo quando possuem qualificações iguais ou superiores às de seus colegas brancos. Portanto, se o Brasil adotar apenas critérios socioeconômicos ou regionais, corre-se o risco de não enfrentar diretamente o racismo estrutural.

Florestan Fernandes (2007) também enfatiza que as políticas de inclusão devem levar em conta as desigualdades raciais, uma vez que o Brasil tem uma "democracia racial" meramente formal, onde as desigualdades raciais são mascaradas pela ideologia de que todos têm oportunidades iguais. Para Fernandes, as cotas raciais são uma maneira de expor e combater esse mito, ao mesmo tempo em que proporcionam uma reparação parcial pelos danos causados pela escravidão e pela exclusão histórica da população negra.

Diante das complexidades que envolvem as questões de inclusão, vários estudiosos sugerem um sistema de inclusão multidimensional, que combine critérios raciais, socioeconômicos e regionais. Segundo Antonio Sérgio Guimarães (2021), uma política inclusiva eficaz deve considerar a interseccionalidade das opressões – ou seja, como diferentes formas de discriminação e desigualdade se sobrepõem e se reforçam. Guimarães argumenta que, ao adotar um sistema que

leva em conta vários critérios simultaneamente, seria possível criar uma política mais justa e equitativa.

Essas propostas também ecoam as teorias de Kimberlé Crenshaw (1991), que cunhou o termo "interseccionalidade" para descrever como as diferentes formas de opressão – como racismo, sexismo e classismo – interagem e criam experiências únicas de exclusão. No contexto brasileiro, a adoção de um sistema de inclusão multidimensional poderia garantir que tanto as desigualdades raciais quanto as socioeconômicas e regionais fossem abordadas de maneira integrada.

Por exemplo, um sistema multidimensional poderia priorizar estudantes negros de baixa renda de regiões menos desenvolvidas, garantindo que esses indivíduos tivessem uma chance justa de ingressar no ensino superior, enquanto também se considera o impacto do racismo estrutural. Essa abordagem poderia evitar as limitações das políticas de cotas raciais puras, ao mesmo tempo em que reconhece a importância de enfrentar diretamente as desigualdades raciais.

Além disso, o sociólogo Pierre Bourdieu (1997) argumenta que o capital cultural e social desempenha um papel fundamental na reprodução das desigualdades sociais e raciais. Portanto, uma política de inclusão deve levar em conta não apenas as condições econômicas e raciais, mas também as desvantagens relacionadas ao acesso ao capital cultural, como a qualidade da educação básica e as redes sociais e profissionais às quais os estudantes têm acesso. Um sistema multidimensional poderia, por exemplo, dar mais peso à qualidade da escola de origem ou à primeira geração de universitários, de modo a combater essas desigualdades.

A diversificação dos critérios de inclusão é uma questão complexa, que envolve a interação de múltiplos fatores, como raça, classe, região e capital cultural. Enquanto as cotas raciais têm sido eficazes em aumentar a presença de negros e pardos nas universidades públicas brasileiras, elas não abordam todas as formas de desigualdade que afetam o acesso ao ensino superior. As propostas de inclusão baseadas em critérios socioeconômicos e regionais oferecem uma alternativa viável, mas é crucial que essas políticas continuem a lidar diretamente com as questões raciais, que são centrais para a realidade brasileira.

Estudos e teorias de autores como Jessé Souza, Florestan Fernandes, Silvio Almeida e Antonio Sérgio Guimarães demonstram que a questão racial no Brasil é específica e complexa, não podendo ser ignorada ou diluída em uma política de

inclusão que se concentre apenas na pobreza ou nas desigualdades regionais. Em última análise, uma política de inclusão eficaz deve ser capaz de lidar com as múltiplas dimensões da exclusão e da desigualdade, reconhecendo a interseccionalidade das opressões e adotando uma abordagem integrada que garanta uma inclusão ampla e justa para todos os grupos marginalizados.

5. INCENTIVO A REFORMAS ESTRUTURAIS

A questão das cotas raciais tem suscitado debates profundos no Brasil, tanto a favor quanto contra sua manutenção. Um dos principais argumentos defendidos por críticos é que, em vez de persistir com as cotas, seria mais eficiente investir em reformas estruturais, especialmente na educação pública de base, para garantir uma igualdade de oportunidades mais ampla e duradoura. A educação básica no Brasil, que atende majoritariamente estudantes negros e de baixa renda, apresenta graves disparidades que afetam diretamente o acesso desses estudantes ao ensino superior. Portanto, ao invés de políticas corretivas no nível superior, argumenta-se que uma reforma estrutural poderia resolver problemas de exclusão desde a origem.

Esse argumento, entretanto, enfrenta desafios consideráveis. A implementação de reformas estruturais no Brasil é historicamente lenta, limitada por questões orçamentárias, políticas e culturais.

Com efeito, a educação básica desempenha um papel crucial na formação de cidadãos e no desenvolvimento de uma nação. Autores como Paulo Freire e Dermeval Saviani defendem que a educação é uma ferramenta poderosa para a emancipação social. Saviani (2008), em sua obra "Escola e Democracia", argumenta que a educação pública de qualidade é fundamental para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. No contexto brasileiro, a educação básica tem sido historicamente negligenciada, com investimentos insuficientes e uma gestão ineficaz, o que perpetua a exclusão social e racial.

Ademais, o Brasil possui um sistema educacional profundamente desigual. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), alunos das escolas públicas, em sua maioria negros e de baixa renda, apresentam índices de desempenho significativamente inferiores aos de alunos da rede privada, majoritariamente brancos e de classe média ou alta (IBGE, 2021). Essa desigualdade no acesso a uma educação de qualidade reflete diretamente no ingresso ao ensino superior, criando uma barreira quase intransponível para muitos jovens negros e pobres.

Ao invés de políticas de cotas no ensino superior, os defensores dessa tese argumentam que o foco deve ser na melhoria das escolas públicas. Com

investimentos em infraestrutura, capacitação de professores e material didático de qualidade, seria possível oferecer uma educação mais equitativa, garantindo que todos os estudantes tivessem as mesmas chances de competir por vagas nas universidades públicas. Contudo, essa é uma visão otimista que ignora os entraves práticos e estruturais que têm dificultado a implementação de reformas profundas na educação básica brasileira.

Um dos principais desafios para a implementação de reformas estruturais na educação pública brasileira é a lentidão do processo político e burocrático. Como observado por Simon Schwartzman (2005), em "Reform and Crisis in Brazilian Higher Education", as reformas educacionais no Brasil têm sido historicamente limitadas pela falta de vontade política, burocracia excessiva e escassez de recursos financeiros. Além disso, o sistema educacional é marcado por disparidades regionais, com estados do Norte e Nordeste recebendo investimentos significativamente menores em comparação com as regiões Sudeste e Sul.

Essas barreiras estruturais refletem a desigualdade socioeconômica do país e tornam a implementação de reformas abrangentes um desafio imenso. Mesmo quando há esforços para melhorar o sistema educacional, como o Plano Nacional de Educação (PNE), esses esforços são muitas vezes fragmentados e falham em atingir os resultados esperados.

Deste modo, a implementação de reformas estruturais na educação, embora fundamental, não garante que as desigualdades raciais sejam devidamente abordadas. Isso porque a exclusão racial no Brasil é um fenômeno que vai além da questão socioeconômica, sendo profundamente enraizado no racismo estrutural, conforme destacado por Silvio Almeida (2019) em sua obra "Racismo Estrutural". Almeida argumenta que o racismo é uma força estruturante da sociedade brasileira, manifestando-se em diversas esferas, inclusive na educação.

Mesmo com melhorias na educação pública, é possível que as barreiras raciais continuem a existir. Segundo um estudo realizado por Luiz Augusto Campos (2018), as desigualdades raciais no acesso ao ensino superior não podem ser explicadas apenas pela pobreza. Campos mostra que, mesmo entre alunos de escolas públicas, estudantes negros enfrentam maiores dificuldades para ingressar nas universidades em comparação aos estudantes brancos, devido

a fatores como discriminação racial e falta de representatividade.

Portanto, o fim das cotas raciais, sem uma política complementar que enfrente diretamente o racismo estrutural, poderia resultar na perpetuação das desigualdades raciais. É importante reconhecer que as cotas não são uma solução permanente, mas uma medida corretiva necessária até que o sistema educacional e a sociedade brasileira como um todo sejam capazes de oferecer igualdade de oportunidades para todos, independentemente de raça ou classe.

Embora melhorias na educação pública sejam essenciais, elas devem ser complementadas por políticas que abordem diretamente o racismo e as desigualdades históricas que afetam a população negra.

Dado o cenário brasileiro, é evidente que uma solução abrangente para a questão das desigualdades educacionais requer uma abordagem integrada, que combine reformas estruturais com políticas de ação afirmativa. Como argumenta Flávia Piovesan (2016), em "Direitos Humanos e o Sistema Interamericano de Proteção", a inclusão social no Brasil deve ser abordada de maneira holística, levando em conta não apenas a educação, mas também fatores como saúde, moradia e emprego. Somente com uma abordagem multidimensional será possível reduzir as desigualdades de maneira significativa e duradoura.

Uma das políticas mais bem-sucedidas nesse sentido foi o Programa Universidade para Todos (ProUni), que combinou cotas socioeconômicas e raciais com subsídios para estudantes de baixa renda ingressarem em universidades privadas. Estudos de Ricardo Henriques (2010) mostraram que o ProUni teve um impacto significativo na inclusão de estudantes negros e pobres no ensino superior, sem desconsiderar a necessidade de melhorias na educação básica.

No entanto, o ProUni, assim como outras políticas de inclusão, depende de investimentos contínuos e de um compromisso político de longo prazo. Como destaca Milton Santos (2008), em "O Espaço Dividido", políticas públicas que visam reduzir as desigualdades precisam ser sustentadas por uma vontade política consistente, caso contrário, correm o risco de serem descontinuadas ou implementadas de forma fragmentada.

O incentivo a reformas estruturais na educação é uma proposta legítima e necessária para o Brasil, mas não pode ser vista como uma alternativa às cotas raciais. A educação básica pública precisa ser aprimorada para garantir igualdade de oportunidades desde o início, mas isso deve ocorrer em paralelo com políticas

que enfrentem as desigualdades raciais de forma direta. A exclusão racial no Brasil é um fenômeno complexo, enraizado em séculos de discriminação e desigualdade, e requer uma abordagem igualmente complexa para ser efetivamente combatida.

As reformas estruturais, por mais importantes que sejam não podem substituir as políticas de ação afirmativa no presente. Enquanto o Brasil trabalha para melhorar sua educação básica, as cotas continuam sendo uma ferramenta essencial para corrigir as desigualdades existentes e garantir que a população negra tenha acesso ao ensino superior. Em última análise, a verdadeira justiça social só será alcançada quando o país for capaz de oferecer oportunidades reais e igualitárias para todos, independentemente de sua origem racial ou socioeconômica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, em razão de todo o exposto, compreende esclarecer que o debate sobre o fim das cotas raciais no Brasil exige uma análise profunda e equilibrada, considerando as múltiplas dimensões sociais, econômicas e educacionais envolvidas. Essas políticas, introduzidas como umas respostas às desigualdades históricas e estruturais têm desempenhado um papel crucial na democratização do acesso ao ensino superior e na promoção da diversidade nos espaços acadêmicos. Ao longo dos anos, os resultados evidenciam não apenas um avanço na inclusão de grupos historicamente marginalizados, mas também um impacto positivo no enriquecimento da experiência educacional e na ampliação de oportunidades para populações vulneráveis. Contudo, as críticas e desafios enfrentados revelam que a reflexão sobre essas políticas precisa ser contínua e adaptativa.

Entre os principais questionamentos estão as preocupações com a qualidade do ensino, a possível perpetuação de divisões sociais e a percepção de um enfraquecimento do princípio meritocrático. Essas críticas, embora legítimas, devem ser ponderadas com cautela, considerando que a meritocracia, em um contexto de desigualdades estruturais, não pode ser avaliada de forma isolada. O reconhecimento de que as cotas raciais atuam como um instrumento de reparação histórica é essencial para contextualizar sua implementação. No entanto, é necessário também avançar para a adoção de políticas complementares que ampliem o alcance da inclusão e garantam que todos os beneficiados tenham condições de aproveitar plenamente as oportunidades criadas.

Nesse cenário, a diversificação dos critérios de inclusão emerge como uma estratégia importante para aprimorar as políticas de ação afirmativa. Critérios socioeconômicos, regionais ou outros indicadores de vulnerabilidade podem atuar de forma sinérgica às cotas raciais, tornando as políticas mais abrangentes e capazes de atender às diversas nuances da exclusão social no Brasil. Esse modelo híbrido pode contribuir para um equilíbrio maior entre a promoção da igualdade e a valorização das múltiplas dimensões que afetam o acesso à educação e à mobilidade social. Ainda assim, é crucial que essas mudanças sejam implementadas de forma gradual e cuidadosa, com base em estudos e evidências que assegurem sua eficácia.

Adicionalmente, o fortalecimento das políticas educacionais no âmbito básico e médio é indispensável para garantir que todos os jovens, independentemente de sua origem, tenham acesso a uma formação de qualidade que os prepare adequadamente para os desafios do ensino superior e do mercado de trabalho. Reformas estruturais que melhorem a educação pública, associadas às políticas de inclusão, podem consolidar os avanços já alcançados, ao mesmo tempo em que enfrentam as críticas relacionadas à preparação acadêmica dos beneficiados pelas cotas. Esse esforço conjunto pode resultar em impactos positivos de longo prazo, tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo.

Portanto, o futuro das cotas raciais no Brasil depende de uma abordagem integrada e comprometida com os princípios de igualdade e justiça social. Qualquer decisão sobre sua continuidade deve ser baseada em um diálogo amplo, fundamentado em dados concretos e orientado pela busca de soluções que equilibrem reparação histórica e inclusão ampla. O objetivo final deve ser a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual as oportunidades sejam distribuídas de forma equitativa, respeitando tanto a diversidade quanto o potencial de cada cidadão.

REFERÊNCIAS

TURGEON, Mathieu; CHAVES, Bruno Sant'Anna; WIVES, Willian Washington. **Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira.** Opinião Pública, v. 20, p. 363-376, 2014. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/op/a/bhQXnh3m74RNQbnxB6kWncD/?lang=pt>>. Acesso em: 05 de novembro de 2024.

DE MELLO, Celso Antônio Bandeira. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade.** Editora Revista dos Tribunais, 1978. Disponível em: <
https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5367569/mod_resource/content/2/MELLO_Princ%C3%ADpio%20da%20Igualdade.pdf>. Acesso em: 8 de novembro de 2024.

MEIRA, André Vinícius Carvalho. **O princípio da igualdade e as cotas raciais no Brasil.** Alethes: Periódico Científico dos Graduandos em Direito-UFJF-nº, p. 17, 2011. Disponível em: <
https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2175926/mod_resource/content/1/Texto%202%20O%20princ%C3%ADpio%20da%20igualdade%20e%20as%20cotas%20raciais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

BAYMA, Fátima. **Reflexões sobre a constitucionalidade das cotas raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós- julgamento das cotas.** Ensaio:avaliação e políticas públicas em Educação,v. 20, p. 325-346, 2012. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/xWK9mv8FbJ6NMnf53PvzQ9s/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

SEIDL, Ruben Marcos. **Da ação afirmativa como política de inclusão acadêmica e seus limites constitucionais.** 2007. Disponível em: <
<https://dspace.mackenzie.br/items/e822832e-2336-4b1c-9e8f-c906b35138f1>>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. **Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios**. Educação & Sociedade, v. 42, p. e258226, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNijchnPBGKhJw/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 16 de outubro de 2024.

ROSSO, Paulo Sérgio; DE BRITO ALVES, Fernando. **Igualdade formal e desigualdade utilitária: os discursos de legitimação da exclusão em Aristóteles e Rawls**. Argumenta Journal Law, p. 69-86, 2007. Disponível em: <<https://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/736>>. Acesso em 16 de outubro de 2024.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Leya, 2017. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4411236/mod_resource/content/0/Jess%C3%A9-Souza-A-Elite-do-Atraso.pdf> . Acesso em: 16 de outubro de 2024.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. 2001. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/148/simple-search?query=&sort_by=score&order=desc&rpp=10&filter_field_1=subject&filter_type_1>equals&filter_value_1=Desigualdade+social&etal=0&filtername=author&filterquery=Mendon%C3%A7a%2C+Rosane+Silva+Pinto+de&filtertype>equals>. Acesso em: 11 de outubro de 2024.

ROCHA, Regina Braz da Silva Santos. **O ensino da escrita argumentativa na perspectiva dialógica**. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, v. 7, p. 199-218, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bak/a/sNFTgjHgCxcy7nmgjbPvgSz/>> . Acesso em: 29 de novembro de 2024.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana**

dos países subdesenvolvidos. In: O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2008. p. 433-433. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7894635/mod_resource/content/1/SANTOS%2C%20Milton.%20O%20Espa%C3%A7o%20Dividido.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2024

HANUSHEK, E.; WOESSMANN, L. **The knowledge capital of nations: education and the economics of growth.** MIT Press, 2015. Disponível em: <<https://hanushek.stanford.edu/publications/knowledge-capital-nations-education-and-economics-growth>>. Acesso em: 27 de novembro de 2024.

OLIVEIRA, Carina Silva de Carvalho. **Ações afirmativas na Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS: permanência das (os) estudantes cotistas no ensino superior.** 2015. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCSAL-1_447001bf38f2ba35deeee823f0ec1bb2>. Acesso em: 27 de novembro de 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **AÇÃO AFIRMATIVA E POPULAÇÃO NEGRA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ACESSO E PERFIL DISCENTE:** Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020.